

# CODESP QUER LIBERAÇÃO DE MERCADORIAS EM SEIS DIAS



## **Demora é uma das reclamações dos usuários do cais**

Reduzir de 17 para seis dias o tempo necessário para o desembarque de mercadorias no Porto de Santos. Esta é uma das metas do diretor-presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp, a Administração Portuária), Angelino Caputo. Segundo ele, o cais santista deve estar preparado para concorrer com os terminais de uso privado (TUPs) que se instalarem na região.

## **O que você acha da medida?**

A demora na liberação de mercadorias que desembarcam no cais santista é uma das grandes reclamações dos usuários do complexo. Com os processos antigos e lentos das autoridades portuárias, os terminais ficam ocupados por cargas que poderiam dar espaço à outros produtos a serem importados ou exportados.

Hoje, são necessários, em média, 17 dias para a liberação de uma mercadoria importada, afirma Caputo. Segundo ele, portos estrangeiros desembarcam suas cargas em um período entre cinco e seis dias.

Para alcançar esta meta, o presidente aposta na revisão dos processos portuários. O trabalho é feito desde 28 de abril por funcionários da estatal e por técnicos da consultoria Deloitte - que venceu a licitação aberta pela Secretaria de Portos (SEP) para avaliar os procedimentos da Codesp e do Porto.

“Em seis meses, nós pretendemos ter todo o mapeamento teórico dos processos e as sugestões de implantação de revisão de processos. Aí, nós temos seis meses para implantar isso na prática, monitorar e fazer os ajustes necessários. Em um ano, a gente fecha esse trabalho”, afirmou.

Órgãos anuentes como a Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Alfândega do Porto de Santos também receberão sugestões da consultoria para a aceleração dos processos portuários.

## **Concorrência**

Todo o esforço para a otimização desses procedimentos tem como objetivo preparar o porto público para competir com TUPs. Como são implantadas em áreas privadas e podem movimentar tanto cargas próprias como de terceiros, essas instalações não terão a interferência de tantos órgãos federais e poderão trabalhar com mão de obra própria - no porto público, devem ser utilizados os portuários autônomos do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo).



Consequentemente, poderão oferecer custos menores. Ao melhorar a operação dos complexos públicos, o Governo quer reduzir seus custos, ampliando sua competitividade. “Quando um TUP se candidatar a movimentar as mesmas cargas que o porto público faz, eu quero que o cliente possa ter duas opções competitivas. Aí ele vai escolher de acordo com a conveniência dele. Não quero que ele mande para outro porto porque esse é ineficiente”, explicou Caputo.

**Fonte: A TRIBUNA**

